Os dois pilares para se construir a autogestão: uma crítica aos pesquisadores da Economia Solidária

Henrique T. NOVAES

hetanov@ige.unicamp.br

GAPI - UNICAMP

ABPES

Resumo

Este artigo pretende criticar a visão de autogestão dos autores da Economia Solidária (ES), muito centrada na idéia de um *parlamentarismo* dentro da fábrica. Para nós, os trabalhadores poderão continuar separados dos meios de produção caso não se atentem para a imprescindível necessidade do controle unificado da produção e de novas forças produtivas. Na seção I, coloca-se em evidência o primeiro pilar para se alcançar a autogestão: a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados em contraposição à proposta de socialismo de mercado vislumbrada pela ES. Nesta seção, nos apoiamos nas obras de C. Bettelheim, I. Mészáros, M. Burawoy e E. Mandel, autores que buscam refundar a proposta de planejamento, à luz dos escritos de Marx e Engels e da experiência do socialismo real. Na seção II, observamos que a autogestão não é possível sem uma radical reestruturação dos meios de produção e da organização do processo de trabalho, nosso segundo pilar. Enquanto que para a ES as forças produtivas capitalistas são consideradas um veículo para a transição socialista, procura-se demonstrar os entraves à autogestão engendrados por estas.

Palavras-chave: Planejamento socialista da produção, Socialismo de Mercado, Economia Solidária, Forças produtivas, Entraves à autogestão

> O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de "personificações do capital" (Mészáros, 2002)

Introdução

Este artigo pretende mostrar que a Economia Solidária (ES) no Brasil deu muita atenção ao tema das decisões *democráticas* realizadas em cooperativas populares e fábricas recuperadas pelos trabalhadores, sem, no entanto, criticar os mecanismos de mercado e os entraves à autogestão engendrados pelas forças produtivas capitalistas.

Nossa hipótese é que os autores da ES realizam uma crítica parcial, senão incompleta, ao *sociometabolismo do capital* (Novaes, 2004a). Como veremos na seção I, a ES não realiza uma crítica profunda aos mecanismos de mercado e à *anarquia da produção capitalista*, o que nos leva a crer que são adeptos do *socialismo de mercado*.

Para derrubar a tese de socialismo de mercado e debater a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados - nosso 1º pilar para a construção da autogestão – sistematizamos as obras de C. Bettelheim, I. Mészáros, M. Burawoy e E. Mandel. Uma atenção especial é dada às obras de Paul Singer, o pesquisador mais renomado da Economia Solidária brasileira.

Na seção II, abordamos nosso segundo pilar, muitas vezes ignorado pela ES ou insuficientemente tratado, qual seja, a necessidade de forças produtivas socialistas. Como veremos, não se trata de aproveitar os *avanços* das forças produtivas sob novas relações sociais de produção, mas de reestruturar radicalmente a ciência, a tecnologia e de resgatar o conhecimento dos trabalhadores para se construir a autogestão (Novaes e Dagnino, 2004). O artigo é encerrado com algumas considerações finais

1º Pilar: a coordenação global da produção pelos produtores associados

C. Bettelheim: iniciando o debate

Para iniciar nossa argumentação, vejamos porque C. Bettelheim defende a necessidade de planejamento, à luz dos acontecimentos históricos da URSS:

> Nas semanas seguintes à Revolução de Outubro, o partido bolchevista tenta transformar a atividade dispersa e anárquica de centenas e milhares de comitês de fábrica em um controle operário coordenado, que possa conformar-se às exigências de uma política proletária.
> A tarefa não é fácil, pois ao mesmo tempo em que cresce o número dos comitês de fábrica, cada um deles tende a multiplicar suas prerrogativas e a tratar cada fábrica como uma unidade de produção independente – propriedade coletiva de seus próprios trabalhadores -, determinando por si

> mesma o que se produz, a quem vende e a que preço, isto quando a *dominação social da classe operária* sobre os meios de produção exigiria que os poderes atomizados e contraditórios desses comitês fossem subordinados a um fim político comum.
> Uma coordenação social da produção é particularmente indispensável na indústria, onde cada unidade de produção executa apenas um número limitado de processos de transformação e representa somente um elo no meio de um processo de produção de conjunto altamente socializado. A sobrevivência da indústria soviética e a luta contra as forças de mercado e contra a predominância dos interesses particulares das diferentes fábricas exige, portanto, um mínimo de coordenação a priori das atividades das diferentes unidades de produção. Na falta de uma coordenação a priori, a coordenação se faz de qualquer modo a posteriori, através do mercado, ou melhor, é o resultado das forças entre os diversos ramos das indústrias ou diversas fábricas (Bettelheim, 1979, p.133 – grifos no original).

Bettelheim adverte que os trabalhadores da URSS não estavam convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábrica por sua subordinação a uma instância exterior, pois aos olhos de muitos trabalhadores, o estabelecimento de um controle mais ou menos centralizado se apresentava como uma espécie de "confisco de poder" que eles acabaram de arrancar da burguesia e esperavam conservar no nível de sua própria fábrica. Adicionalmente, a passagem para o controle operário e o abandono do tipo de "gestão descentralizada" e anárquica para o qual se orientavam os comitês de fábrica, chocavam-se antes de tudo com a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao "cada um por si", ao *egoísmo* de empresa e a uma concepção abstrata de "liberdade" (Bettelheim, 1979, p.134).

Algo parecido foi observado na Polônia, durante as visitas de Bresser Pereira (1987) à este país. Para os poloneses :

> A proposta autogestionária significava o controle direto da produção e, portanto, o controle da economia pelos trabalhadores. Não significava apenas o controle das empresas. Não bastava que os trabalhadores elegessem, ao nível (sic) da empresa, os seus dirigentes. Isto representaria o risco de criar o que os poloneses chamam de "propriedade de grupo". Seria transformar os trabalhadores de uma determinada fábrica, de uma determinada organização, em seus proprietários, e dessa forma colocá-los defendendo seus interesses privados contra os interesses mais gerais da sociedade (Bresser Pereira, 1987, p. 108- grifos no original)[1].

Para Bettelheim, a simples mudança da propriedade jurídica dos meios de produção não garante uma ruptura com o sistema capitalista. Para ele, os elementos capitalistas das relações de produção estavam profundamente inseridos no conjunto dos processos de produção e reprodução, nas modalidades da divisão do trabalho dentro das empresas estatais e nas maneiras de separar estas umas das outras. Assim, se

[1] No entanto, parece que há um equívoco na proposta polonesa pois estes acreditavam que a "autogestão significava também descentralizar a atividade econômica e estabelecer as bases de uma economia de mercado. O planejamento econômico seria mantido, mas o mercado teria um papel maior como indicador na alocação dos recursos e na determinação das atividades empresariais" (Bresser Pereira, 1987, p. 109).

reproduzem relações mercantis e salariais que dão origem a um lucro monetário no nível das empresas (Bettelheim, 1979, p. 456).

Muito longe de defender a aparente "liberdade" de controle da produção em cada fábrica, Bettelheim reconhece que o controle fabril, a gestão descentralizada ou a autogestão em algumas empresas individualmente, ignora os condicionantes da produção externos à empresa.

É por isso que em contraposição a anarquia da produção, ao descontrole da produção e a aparente 'liberdade' que se dá quando os trabalhadores adquirem os meios de produção, Bettelheim defende a coordenação social da produção

No entanto, a vertente de esquerda da Economia Política insiste em querer conciliar o 'lado bom do capitalismo' – a concorrência - com o cooperativismo. John Stuart Mill, por exemplo, acreditava que os interesses pessoais poderiam convergir com os interesses da comunidade numa ética que ele chama de "espírito público".

Apesar de Mill reconhecer a necessidade de uma mudança social que combine liberdade e independência do indivíduo e que acabe com a divisão da sociedade entre trabalhadores e ociosos, este autor defende a permanência da *concorrência entre as associações*, isso porque esta beneficiaria os consumidores e porque, "onde não existe concorrência, existe monopólio". A última justificativa dada por Mill em defesa da concorrência, encontra-se na seguinte passagem: "proteger alguém da concorrência é dar proteção à sua ociosidade" (Mill, 1986, p. 279, vol II).

Um outro exemplo de incoerências na conciliação de socialismo e mercado é a teoria de Proudhon. Segundo Mandel (2001), para Proudhon "tratava-se de emancipar o operário-artesão da dominação do dinheiro (do capital), sem abolir a produção mercantil e a concorrência: ilusão tipicamente artesanal pequeno-burguesa. Se algumas vezes Proudhon é apresentado, não sem razão como o pai da idéia de autogestão operária, o impasse do "socialismo de mercado" manifesto na Iugoslávia desde 1970 já está potencialmente esboçado em suas idéias" (Mandel, 2001, p.70 – grifos no original).

De uma forma muito próxima às teorias dos senhores Mill e Proudhon e talvez pela crise encadeada pelos insucessos do planejamento no período de 'socialismo real', os pesquisadores da Economia Solidária no Brasil seguem propondo 'uma contradição': a conciliação de socialismo e mercado, cooperação e competição, eficiência da cooperativa e anarquia da produção (Novaes, 2004a). A melhor maneira de entender esta contradição em termos se dá pela análise do mais ilustre de todos expoentes da Economia Solidária no Brasil: o professor Paul Singer[2].

[2] Em Novaes (2004a), buscamos derrubar o argumento apontado por Singer (2002, p.91) de que o trabalho deixa de ser "alienado" em cooperativas surgidas de empresas falidas, e também o argumento de

Para Singer, "O colapso do socialismo realmente existente convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado" (Singer, 1999, p.73).

No longo prazo – segundo Singer - a melhor maneira de viabilizar e efetivar a Economia Solidária enquanto modo de produção se dará através da formação de um mercado integrado e preferencial constituído por um setor econômico formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria composto por ex-desempregados, que tenham um mercado protegido da concorrência das grandes empresas.

Isso não quer dizer que é necessário "isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção" (Singer, 1998a, p.113). Segundo Singer,

> A posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente auto-suficiente, para não ser "contaminada" pelo ambiente capitalista.
> (...) A sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e que os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados" (Singer, 1998a, p.113 – grifos no original)

É verdade que a preferência pela *formação de um conjunto de produtores e consumidores organizados para trocar seus produtos entre si* ou –como se propõe atualmente – através da construção de redes de comércio pode ser uma saída de curto prazo para a ES. No entanto, o movimento de ES acredita que é possível blindar ou mesmo 'criar muros' que impedem a chegada dos efeitos negativos da concorrência sobre os empreendimentos autogestionários. Através da construção de *fortes* que buscam promover a *solidariedade para dentro das portas dos empreendimentos solidários*, a ES acredita que é possível neutralizar a *agressividade não-solidária* do mercado concorrencial capitalista seja através da criação de redes ou através da concorrência direta no mercado[3].

Diante disso, pode-se chegar à conclusão que o mercado e a concorrência não são questionados. Ao contrário do que foi exposto acima, Fernando Haddad (2003) busca resgatar, sob a perspectiva de Marx, a incoerência entre a Anarquia da Produção e

---

Tiriba (1994) de que os trabalhadores de empresas reabilitadas tornaram-se 'senhores de seus produtos' (Tiriba, 1994) e assim extinguem automaticamente a "alienação" do trabalhado com a passagem da propriedade dos meios de produção de um capitalista para os trabalhadores.

[3] Para Francisco de Oliveira (2002), a Economia Solidária é "a única forma de fazer avançar a desmercantilização". No entanto, esta só é possível se os trabalhadores se organizarem como uma economia solidária, como um setor à parte da competição. Ao invés de um 'setor de Economia solidária' deve-se seguir na busca de um 'setor socializado da economia'. O que mais nos interessa aqui é parte

Cooperativismo. Se interpretamos corretamente, Haddad nos leva a crer que a ES vem observando a necessidade primordial do controle da propriedade pelos trabalhadores sem questionar a anarquia da produção. É talvez por isso que se dê a convivência pacífica – sempre para a ES - entre Anarquia da Produção e Cooperativismo, entre Mercado e Cooperativismo, abordadas nas páginas anteriores.

Na Argentina, um grupo de estudos parece estar observando as fábricas recuperadas de uma forma muito próxima a análise aqui exposta. Para Lucita (2002):

> Cualquiera se la forma que adquieran [las cooperativas], si los trabajadores que gestionan estas empresas vuelcan sus esfuerzos y creatividad exclusivamente hacia el interior de sus establecimientos, si abandonan todo intento de coordinación y de solidariedad con otras fábricas y experiencias están indefectiblemente condenadas a recaer en la competencia capitalista y en la autoexplotación.
> Si el movimiento de ocupación fabril y gestion obrera es capaz de superar los estrechos límites de cada una de las fábricas en cuestión, si se afirma en el caráter social de su producion – diferenciada por lo tanto de la lógica de la ganancia – y avanza en las coordinación y planificación de sus producciones – diferenciandose por lo tanto de la anarquia capitalista -, estará exponiendo ante la sociedad, que da muestras de una adhesión y simpatya hacia el movimiento pocas vezes conocida, que otra forma de producir y de planificar son posibles, y que otras relaciones de producción son necesarias para resolver la crisis del país (Lucita, 2002, p. 4)[4].

Ao observar a autogestão somente enquanto uma possibilidade de tomada de decisões democráticas dentro das fábricas, sem se atentar para a necessidade de coordenação harmoniosa da produção, a ES realiza uma crítica parcial, senão incompleta.

Para nós, os empreendimentos autogestionários não podem ser analisados sem se prestar atenção ao em torno em que estão inseridos. Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas "para dentro das cooperativas", celebrando a nova forma de decisão democrática, parlamentarista, na qual os trabalhadores decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar a necessidade de extinção dos mecanismos de mercado.

O que se busca enfatizar aqui é a necessidade de planejamento centralizado da produção em oposição a qualquer vertente de *socialismo de mercado*. Acredita-se que os trabalhadores deverão caminhar em busca da coordenação da produção que não caia

---

onde Oliveira observa "as pessoas estão tentando produzir mais barato, mas produzir para vender. O que não é realmente economia solidária" (Oliveira, 2002, p.102).

[4] Lucita (2002) esclarece os trabalhos do grupo de Economistas de Izquierda (EDI) na seguinte nota: En este sentido es necesario valorizar la iniciativa de um grupo de estudiantes de Ciencias Económicas nucleados em la Agrup. Em Clave Roja que han convocado, entre otros a los miembros del EDI, para construir grupos de trabajo en el seno de una Comisión de Planificación Económica que aporte a la resolución de los problemas de gestión de las empresas ocupadas y avance en la planificación de la producción y el consumo de productos sociales (Lucita, 2002, p.6).

nem na burocracia soviética nem na anarquia da produção característica do capitalismo[5]. Vejamos então a contribuição de István Mészáros ao tema aqui analisado.

A interpretação de István Mészáros

> Os que desprezam a própria idéia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma *democracia substantiva* pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004, p.45)

István Mészáros, o melhor herdeiro da teoria marxista, nos dá algumas pistas para a compreensão da dialética entre planejamento da produção e democracia nas decisões. É preciso lembrar inicialmente que toda a sua teoria segue na busca das exigências qualitativamente mais elevadas de uma nova forma histórica *para além do capital*: o socialismo onde o ser humano possa desenvolver sua "rica individualidade".

Mészáros (2002, p.318) advoga a necessidade de reestruturação global do controle social tendo por objetivo a harmonização das necessidades humanas com os recursos materiais e humanos conscientemente geridos.

Deve-se lembrar que os instrumentos de ação sócio-políticos verdadeiramente adequados a emancipação humana só podem ser elaborados pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu efetivo desenvolvimento (Mészáros, 2002).

O programa de superação prática da alienação capitalista poderia ser concretizado como a substituição dos instrumentos incontroláveis, reificados do capitalismo por instrumentos controláveis de intercâmbio humano. Mas essa é uma tarefa sócio-histórica que requer um longo prazo de maturação onde se deve considerar a possibilidade de reversões (Mészáros, 1982).

Para este autor, o caráter fetichista da mercadoria, da troca e do dinheiro, o trabalho assalariado, a competição antagônica, as contradições internas mediadas pelo Estado burguês, o mercado, e a reificação da cultura são resultado da ausência de controle humano, o que nos leva a crer que devem ser superados radicalmente e

[5] É verdade que o capitalismo não é tão anárquico quanto parece ser. Dowbor (1998, p.85) afirma estima que entre 500 ou 600 empresas transnacionais controlam de 20 a 25% do comércio mundial de bens e serviços, ao invés do suposto mercado metafísico que aparece nos noticiários. Mesmo sabendo que o 'mercado' não está totalmente desgovernado, acreditamos que a forma de controle que essas empresas assumem está longe de representar qualquer avanço na coordenação da produção pelos trabalhadores. Para Dowbor (1998, p.429) o Mercado é um "mecanismo indispensável, mas nunca suficiente, ao funcionamento da sociedade". Mészáros (2002, p.885 Nota 22) também reconhece que a Economia de Mercado capitalista é um tipo de "economia dirigida", mesmo que sua estrutura seja mais complicada e impessoal que a do sistema pós-capitalista.

substituídos por "instrumentos e meios de intercâmbio humanos conscientemente controlados" (Mészáros, 1982, p.225).

A transcendência da alienação da produção poderia ser esboçada pela concepção de um processo longo e complexo de modificação, caracterizado pela "descontinuidade na continuidade" onde os produtores associados regulariam racionalmente o seu intercâmbio com a natureza.

A necessidade de um "controle social global consciente das condições de auto-realização humana" é imprescindível para que os seres humanos rompam "a tirania da base material" (Mészáros, 1993, p.201). Sabendo que o capitalismo é uma sociedade regida pelas forças desumanas da competição antagônica e do ganho implacável, aliados a concentração de riquezas e poder em um número menor de mãos, onde o trabalhador existe para satisfazer as necessidades de auto-expansão dos valores existentes, ao invés da riqueza material existir para satisfazer as necessidades de desenvolvimento do trabalhador, há a necessidade de criação de mediações que permitam a intervenção humana consciente nos processos materiais.

É nesse sentido que Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um planejamento autêntico. Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe. Entretanto, este autor faz algumas advertências:

> (...) os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a "panacéia" para todos os problemas da revolução, contudo sem alguma forma de auto-administração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem ate mesmo trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal. Quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, precisamente o papel de auto-administrador possível, a par da responsabilidade auto-imposta - que esta implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada (Mészáros, 2002, p.457 – grifos no original).

Os Conselhos de Trabalhadores "ou qualquer outro nome" devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada. Isso porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sócio-metabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p.599).

Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado (ou seja, um novo tipo de personificação do capital), o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p.601). Todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados pois, na falta disso, o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital.

É preciso lembrar, por último, que Mészáros reconhece que há planejamento no capitalismo, ou mais precisamente, que a gigantesca corporação monopolista transnacional regula e controla a produção mundial de mercadorias. No entanto, este planejamento praticado pela grande empresa não deixa de ser parcial e está longe de representar o controle sociometabólico da produção e distribuição pelos trabalhadores

A contribuição de Michael Burawoy

Um outro autor que se debruçou sobre o tema do planejamento socialista da produção é Michael Burawoy. Para ele, a construção da autogestão necessita de uma "coordenação a partir de baixo das empresas" ou, em outras palavras, a "apropriação do controle da produção" pelos trabalhadores. É com esse objetivo que ele se faz a pergunta: de que adianta o controle fabril (dentro da empresa), quando os trabalhadores não têm meios de influenciar o "poder central" ? (Burawoy, 1990a, p. 201).

Nesse sentido, este pensador acredita que a autogestão perde seu significado se as decisões essenciais são feitas fora da fábrica (Burawoy, 1990a, p. 201). Para ilustrar sua idéia, ele cita o exemplo da Argélia durante os anos 1961 e 64, país onde a autogestão afetou somente aqueles setores marginais da economia que eram administrados pelos colonos. O controle operário não tocou nas indústrias nacionalizadas, nos campos de petróleo, muito menos nas empresas estatais.

O destino da autogestão foi lacrado (sealed) devido à falha dos trabalhadores e campesinos em ampliar seu controle para além dos pequenos negócios e fazendas herdadas dos colonos. Em alguns setores, os comitês de gestão controlaram prosperamente as *relações na produção*, mas isso perdeu significado devido à falta de habilidade para controlar as *relações de produção* entre as empresas e entre as empresas e os consumidores bem como a distribuição da mais valia entre as empresas e o Estado (Burawoy, 1990a).

Para Burawoy, na URSS prevaleceu o interesse da centralização – como uma espécie de *socialismo estatal onde a força provém de cima* - em oposição ao *sistema de autogestão coletiva onde a força provém de baixo*.

Sendo assim, o sucesso do controle operário para Burawoy depende da proteção e da orientação do Estado: "A conquista dos aparatos de produção somente torna-se significativa em conjunção com a conquista dos aparatos do Estado. Mas quando são feitas mudanças nesta direção, como aconteceu no Chile, o 3º Mundo sempre tem o apoio das sanções políticas e econômicas internacionais do capitalismo, esperada ou inesperadamente" (Burawoy, 1990a, p.202).

Um primeiro passo para uma possível mudança – de acordo com Burawoy - seria o controle pelos trabalhadores da mais-valia produzida por eles. Já que uma coordenação central também é necessária, ela tomaria a forma de um planejamento de baixo.

Interpretando Burawoy, se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a ES, apesar de haver a possibilidade de auto-administração dos assuntos cotidianos, o Estado ou algum órgão administrativo 'alheio aos trabalhadores' ainda continuará estipulando as condições nas quais as fábricas se tornam autoreguladas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte. No entanto, se o Estado, os órgãos administrativos ou a "agência de planejamento central" estiverem sujeitos à influência "de baixo", através dos mecanismos de participação dos conselhos fabris (Burawoy, 1990a, p.13), é bem provável que os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social, combinando de certo modo democracia com centralização, evitando a burocracia por um lado, e anarquia da produção, por outro.

A visão de Ernest Mandel

> Hoje em dia, a totalidade do pensamento socialista (que é mais velho do que Marx, mas que dele recebeu expressão sistemática e científica), que representa *per se* uma crítica da produção de mercadorias e do mercado, bem como uma profunda desmistificação histórica do conjunto de suposições teóricas que se originam de Hobbes, Locke e Smith, corre o perigo de ser atirada ao mar. Pois ao lado de políticos e acadêmicos conservadores, também um número crescente de socialistas, e acima de tudo, muitos social-democratas de esquerda e eurocomunistas, estão agora redescobrindo e reincorporando a seus esquemas de pensamento social certos axiomas burgueses que não tem qualquer fundamento científico ou base empírica: são simplesmente artigos de fé cega ou de superstição (Mandel, 1991, p.23).

Para E. Mandel, um dos "axiomas burgueses" é a proposta de conciliação de socialismo com mercado. Talvez seja por isso que o grupo coordenado por Chasin deu ao artigo *In Defense of Socialist Planning,* o título de *Socialismo x Mercado*, por

verificar esta incoerência. Neste artigo, Mandel derruba as idéias contrárias ao "planejamento democraticamente centralizado" (Mandel, 1991, p.83), principalmente criticando o socialista de mercado Alec Nove[6].

Segundo Mandel, os argumentos de Nove - em *A Economia do Socialismo Viável* – rejeitam a proposta marxista de construção do socialismo sem produção de mercadorias. A combinação de mercado e socialismo leva Nove inevitavelmente a "contradições desconcertantes" (Mandel, 1991, p.91).

Para Mandel, planejamento não é sinônimo de "perfeita" alocação dos recursos, nem da alocação científica, nem mesmo de uma alocação "mais humana". Para ele, o termo designa uma alocação "direta", ex-ante (Mandel, 1991, p.17). Por isso, ele é o oposto da alocação via mercado, que é *ex-post*.

Poderíamos então perguntar: quais são as formas de se adaptar a produção ao consumo ?

Para Mandel, existem duas opções. Numa delas, tais necessidades são entendidas como dadas desde o início, aferidas ex-ante pelo corpo social dominante, e a produção é então organizada para as satisfazer. Ou, de modo diverso, supõe-se que elas sejam desconhecidas ou de qualquer modo incertas, cabendo ao mercado as revelar ex-post através dos dispêndios da demanda efetiva.

De acordo com Mandel, a própria idéia de mercado e competição pura deve ser revisitada. Poderíamos lembrar, por exemplo, que o grosso de bens intermediários não é alocado através do mercado. Eles são feitos sob encomenda. O mesmo argumento vale para as licitações públicas, pois estas não conduzem à fabricação de diversos produtos que poderiam ser obtidos numa prateleira. Sendo assim, Mandel (1991) acredita que a maior parte da produção no capitalismo atual atende a padrões estabelecidos de consumo e a técnicas pré-determinadas de produção, que são em grande medida, senão completamente independentes do mercado.

Apesar de reconhecer que os mecanismos de mercado não se encontram na totalidade da economia capitalista, Mandel acredita que o mercado deve ser totalmente substituído pela "autogestão articulada dos produtores" (Mandel, 1991, p.71)[7]. O problema poderia ser colocado com o seguinte questionamento: como aumentar a satisfação das necessidades básicas de consumo e reduzir a carga e a alienação do trabalho dos produtores diretos ? (Mandel, 1991, p.72).

---

[6] Para saber mais sobre a concepção de planejamento da produção e o papel de mercado para Mandel, Nove e Nelson, ver Marques (1998).

[7] Podemos concluir que Bettelheim, Mészáros, Burawoy e Mandel dão um significado distinto para a palavra autogestão se comparado com a ES. Se para a ES autogestão significa propriedade coletiva dos

A autogestão articulada dos produtores poderia trazer para a realidade tais metas, desde que os trabalhadores sejam participantes ativos (e não meramente consultados) no processo de tomada de decisões e da administração direta da economia e da sociedade.

Segundo Mandel, "a administração não seria monopólio do "nível central", nem tampouco a autogestão seria confinada ao nível (sic) do local de trabalho. Ambas seriam mescladas tanto a nível (sic) central quanto descentralizadamente" (Mandel, 1991, p.79).

A autogestão democrática não quer dizer que todos decidam sobre tudo. Certas decisões podem ser tomadas no nível do posto de trabalho, da fábrica, do bairro, regionalmente, nacionalmente e mundialmente (Mandel, 1991).

Sendo assim, encerramos os argumentos de Mandel e nossa defesa sobre a necessidade do planejamento socialista da produção para se construir a autogestão com a seguinte passagem:

> O problema da alocação dos recursos necessários à produção ex ante, cujas demandas já são em grande medida conhecidas de antemão, não poderia ser solucionado por uma associação de produtores, com a ajuda dos modernos computadores que podem certamente dar conta das "milhões de equações" que Nove acha tão assustadoras ? (Mandel, 1991, p.29)[8]

2º Pilar: em busca de forças produtivas socialistas

> As demandas de participação e controle pelos trabalhadores escapam de muito à visão marxista. O conceito de uma democracia na oficina baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo – eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção de acordo com a organização existente é decepcionante. Sem o retorno do requisito de conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho – sem, em uma palavra – um novo e verdadeiramente coletivo modo de produção – a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de que trabalhadores continuem dependendo tanto quanto antes dos 'peritos' e só podem escolher entre eles ou votar nas alternativas apresentadas por eles (Braverman 1987).

Braverman (1987), longe de acreditar que um "parlamentarismo" interno dá origem a um novo modo de produção, advoga que não existe autogestão sem o retorno do conhecimento técnico pelos trabalhadores e sem a reformulação da organização do trabalho.

De acordo com Varsavsky, na mesma linha de Braverman, ao longo do surgimento do capitalismo, o trabalhador perdeu o controle (alienou-se) dos meios de produção e "a propriedade do domínio técnico sobre a máquina que usa, e isso não se

---

meios de produção e decisão democrática na fábrica, para os primeiros significa não somente isso mas também o controle unificado da produção pelos produtores associados.

[8] Monika Reinfelder (1980) tem razão ao enquadrar Mandel num grupo de "tecnicistas". Nesse sentido, poderíamos dizer que Mandel se equivoca ao crer que a tecnologia serve *para o bem e para o mal.* É justamente por isso que sua contribuição a este artigo fica pela metade, não podendo ser aproveitada no nosso 2º pilar.

repara com decretos. Mesmo quando a fábrica é de propriedade cooperativa direta dos trabalhadores, a alienação dos mesmos não se elimina se seguem dependendo dos especialistas na mesma medida que hoje" (Varsavsky, 1974, p.74)[9].

Se para a ES a autogestão se resume a proposta de tomada de decisões coletivas no seio da fábrica, Braverman e Varsavsky procuram salientar que há um entrave que o capital engendrou à criação de processos de trabalho autogestionários numa eventual transição socialista.

No entanto, a questão não se resume a isso. Se olharmos mais amplamente sobre a forma como o marxismo interpretou as possibilidades (ou não) de apropriação das forças produtivas capitalistas, nosso segundo pilar para se construir a autogestão fica mais fácil de ser compreendido.

Segundo Chesnais e Serfati (2003, p.46), há um atraso da análise marxista no campo de estudos das forças produtivas e ele decorre da leitura unilateralmente "produtivista" dos escritos de Marx e Engels[10].

Nesta concepção produtivista, o "envelope" institucional e organizacional no qual se efetua o desenvolvimento produtivo, incluindo o da ciência, é reconhecido como sendo capitalista em todos os sentidos, mas sem que isso afete senão de forma superficial, a orientação e os resultados desse desenvolvimento.

A ciência, a tecnologia e as formas de cultivar e de fabricar, ou dito de outra forma, as formas de relações com a natureza seriam para o socialismo ao mesmo tempo uma herança e um "trampolim". Elas se constituiriam primeiro uma herança que o socialismo poderia aceitar após inventário, mas um inventário bastante sumário. Em seguida, seria um trampolim a partir do qual a humanidade poderia avançar sem ter que realizar mais que inflexões de rota e sem ter de gerenciar imensos estragos ao tentar reverter, pelo menos parcialmente, suas conseqüências (Chesnais e Serfati, 2003, p.46).

Segundo estes autores, a tecnologia e a ciência são moldadas e selecionadas tendo em vista a dominação social e o lucro (Chesnais e Serfati, 2003, p.59). Por detrás da "autonomia de pesquisa que o capital financeiro não tolera nem mais como um

[9] Apesar de Braverman e Varsavsky sinalizarem que o capital expropriou o conhecimento do trabalhador, há uma bibliografia que procura mostrar que os trabalhadores resistem a esta mudança e que o capital nunca consegue expropriar totalmente o conhecimento das mãos dos trabalhadores. Ver, por exemplo, Burawoy (1989 e 1990b), Hirschorn (1984) e Zimbalist (1989). Sobre este debate em Fábricas Recuperadas pelos trabalhadores, ver Novaes (2004c).

[10] Chesnais e Serfati sinalizam que Marx e Engels já advertiam em a Ideologia Alemã que chega-se a um estágio em que, no quadro das relações existentes, nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem tornar-se nefastos. Elas não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas. Interpretações muito próximas sobre as forças destrutivas podem ser vistas em Silva (2001) e Mészaros (2002) assim como em Hobsbawm (1996, p.562), que afirma: "O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecno-científica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana".

mito", sempre houve possantes mecanismos objetivos: o financiamento, os modos de recompensa do sucesso, e subjetivos: a interiorização dos valores da sociedade burguesa que a orientava segundo os impulsos da acumulação e da hierarquia dos objetivos do capitalismo (Chesnais e Serfati, 2003, p. 60-1). Nesse sentido, poderíamos dizer que a tecnologia acaba por dissimular as "relações sociais nela contidas" fazendo com que prevaleça a idéia de autonomia de pesquisa e que toda e qualquer tecnologia sirva aos interesses autogestionários dos trabalhadores numa eventual transição socialista.

Se esta interpretação estiver correta, deveremos oferecer uma crítica à interpretação tradicional da C&T pelo marxismo e seus herdeiros no Brasil: os teóricos da ES. Para estes, o alcance da sociedade socialista demandaria pouco mais do que a *expropriação dos expropriadores* e um *melhor* aproveitamento das forças produtivas engendradas no capitalismo para se construir a autogestão. Ou ainda, a interpretação tradicional, da qual a ES é tributária, nos leva a crer que as forças produtivas capitalistas seriam um veículo para a autogestão pelos produtores associados ao passo que o argumento aqui defendido sinaliza estas como um obstáculo à construção da autogestão.

Outra contribuição fundamental ao tema aqui tratado é a do filósofo marxista da tecnologia Andrew Feenberg. Segundo este autor, os marxistas do mundo comunista deram muita ênfase à teoria da propriedade e ignoraram completamente a crítica ao processo de trabalho e à tecnologia. Em contraposição a esta ênfase, Feenberg (2002, p.51) acredita que a herança técnica é peculiarmente adaptada ao controle hierárquico e que os aspectos antidemocráticos da tecnologia capitalista e do desenvolvimento tecnológico devem ser transformados. Nesse sentido, observa que as máquinas desenvolvidas no sistema capitalista podem ser empregadas para "produzir uma nova geração de máquinas adaptadas para os propósitos socialistas" (Feenberg, 2002, p.53). Mas esta mudança tecno-organizacional não decorreria de forma idealista, mas sim da luta de classes. Em última instância, da capacidade da classe trabalhadora de imprimir novos valores sobre a tecnologia.

A necessidade de uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada por Mészáros (2002) como sendo "um problema paradigmático da transição". Isso porque as "condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes" (Mészáros, 2002, p. 575) .

Mészáros discorda de Lukács a respeito da "livre intercambialidade das fábricas construídas para propósitos capitalistas e socialistas, cuja produção funcione sem problemas numa base materialmente 'neutra'" e afirma que este pensador húngaro trata

de forma "fetichista" os conceitos de tecnologia e "instrumentalidade pura" (Mészáros, 2002, p.864). Lembremos que para Lukács, "uma fábrica construída para propósitos capitalistas tranqüilamente pode produzir sem mudanças significativas sob o socialismo, e vice-versa" (Lukács, 1991, p.86)[11] .

Mészáros continua sua crítica de forma irônica nesta passagem:

> Este postulado da neutralidade material/instrumental é tão sensato quanto a idéia de que o hardware de um computador pode funcionar sem o software. E até mesmo quando se chega a ter a ilusão de que isto poderia ser feito, já que o "sistema operacional" etc não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o software relevante já estava gravado no hardware. Por isso, nenhum software pode ser considerado "neutro" (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado.
> O mesmo vale para as fábricas construídas para propósitos capitalistas, que trazem as marcas indeléveis do "sistema operacional" – a divisão social hierárquica do trabalho - com o qual foram constituídas. Para ficar com a analogia do computador, um sistema estruturado em torno de uma CPU é bastante inadequado para um sistema operacional divisado para Processadores Paralelos "descentralizados", e vice-versa. Portanto, um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de "Processadores Paralelos", além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de economias dirigidas, apresentadas enganosamente como de "planejamento" (Mészáros, 2002, p.865 – grifos no original).

No capítulo intitulado *Via desejada* do livro *Forces of Production*, Noble (1984) aborda outro assunto que nos interessa mais de perto, qual seja, as possibilidades e os limites à seleção e desenvolvimento de tecnologias mais adaptadas aos propósitos da autogestão.

Ele mostra que os criadores de desenhos (designs) de maquinário alternativo à Máquina Ferramenta de Controle Numérico compartiam uma apreciação muito mais respeitosa do talento, do conhecimento e uma compreensão do seu papel vital para uma produção eficiente e de qualidade. Noble cita vários pesquisadores que se esforçaram na criação de "máquinas para pessoas e não para idiotas". Dentre seus objetivos, destacam-se a extração vantagens dos conhecimentos existentes e não a redução através da desqualificação. O desejo de aumentar o alcance e os feitos dos trabalhadores ao invés de discipliná-los ao transferir todas as decisões à direção das fábricas e oficinas. E por último, visavam à ampliação dos empregos (Noble, 1984).

No entanto, como é sabido, trata-se de uma *luta desigual* entre os próprios criadores. Enquanto faltavam fundos e outras formas de dissuasão aos criadores da *Via Desejada*, os promotores do Controle Numérico contavam com amplo apoio dos

[11] Mészáros acredita que, ao argumentar desta forma, Lukács abandonou a idéia de superação da divisão do trabalho.

partidários da indústria militar e, posteriormente, das outras indústrias. Os compradores de equipamentos tendiam a rechaçar os desenhos alternativos porque não eram compatíveis com o objetivo prioritário do controle patronal. Os engenheiros de desenho, em geral, abandonaram esta aproximação alternativa porque lhes parece complicada, menos previsível e mais aberta a erros humanos.

Desta forma, o Controle Numérico se converteu na tecnologia dominante e finalmente na única tecnologia para a metalurgia automatizada. Aparentemente, se adotássemos a visão darwinista da seleção tecnológica, chegaríamos à conclusão de que esta foi a melhor tecnologia que poderia ser oferecida (Noble, 1984).

Interpretando as obras de Noble, poderíamos especular que o senso comum, e talvez a maior parte dos teóricos da ES, não percebe a *natureza sócio-política da construção da tecnologia*. Ao não observarem que algumas tecnologias, ficam 'cristalizadas' ao longo do caminho de seleção, estes teóricos passam a crer que só há uma tecnologia disponível para uso no chão de fábrica e que esta é a melhor tanto para cooperativas autogestionárias quanto para as empresas "convencionais".

Noble, ao contrário, busca combater e reforçar a idéia anti-darwinista de seleção tecnológica. Para ele, o caso do Controle Numérico ilustra muito bem uma seleção nada 'natural', que nos levaria a crer que as escolhas se dão em função de razões estritamente técnicas. Trata-se de uma seleção política realizada por alguns poucos poderosos que buscam reter e ampliar seu controle social, em conveniência com os técnicos que perseguiam a perfeição num mundo de idiotas (Noble, 2001, p.33)[12].

As possibilidades de reconfiguração tecnológica

Pautando-nos nas observações de Chesnais e Serfati, Mészáros, Feenberg e Noble, poderíamos então fazer a pergunta: de que forma a tecnologia moderna poderia ser reprojetada para a construção da autogestão?

De acordo com Feenberg (2002), a articulação de novos interesses e a entrada em cena dos trabalhadores e dos novos movimentos sociais supõe a retirada progressiva da 'concentração do poder industrial' da mão de peritos e especialistas. Isso possibilitaria uma reconfiguração do sistema técnico levando em conta uma extensão maior de necessidades e capacidades humanas até então excluídas. Nada mais que um desenvolvimento pleno das individualidades humanas, tal como sugere Marx (Feenberg, 2002).

[12] Para saber mais sobre a visão de Marx sobre as forças produtivas, ver Dagnino (2002), Novaes (2004b), Feenberg (2002) e Mackenzie (1996). Sobre o marxismo, uma versão resumida pode ser vista em Novaes e Dagnino (2004).

A melhor maneira de propiciar um "uso contra-hegemônico do conhecimento e da tecnologia" é conceber a sociedade e o campo da decisão tecnológica através das metáforas do "jogo" (Feenberg, 2002), do campo de batalha (Noble, 2000) ou do "parlamento de coisas" (Latour, 1992). Através destas abordagens, os grupos dominados poderão "jogar" tendo em vista a redefinição e modificação das formas e dos propósitos dos artefatos tecnológicos (Feenberg, 2002). Esta autonomia de reação é chamada por Feenberg pelo nome de "margem de manobra".

Por ser a tecnologia uma construção social, um campo de batalha historicamente determinado, sendo resultado de um processo onde intervêm múltiplos atores com distintos interesses, a trajetória de inovação científica e tecnológica poderia ser redirecionada, dependendo da capacidade dos atores interessados na mudança social em interferir tanto na divisão do trabalho no chão de fábrica quanto no processo decisório da Política Científica e Tecnológica (Dagnino e Novaes, 2004)[13].

Considerações Finais

Procurei elucidar neste artigo, a partir de algumas impressões sobre a ES, a imprescindível necessidade de se criticar o socialismo de mercado e os entraves originados pelas forças produtivas capitalistas à construção da autogestão.

Muito mais que uma falha na argumentação sobre o tema *Mercado x Planejamento*, a abordagem teórica da ES é fruto de uma crise ideológica, uma crise que não vê mais as virtudes do planejamento socialista, o que nos leva a crer que estes autores são adeptos da *concorrência cooperativista* ou de alguma variante do *socialismo de mercado*.

Ao invés de centrarmos nossa análise no fim da alienação do produto do trabalho quando se dá a expropriação dos expropriadores, nossa observação trilhou o caminho da perda do controle do produto numa sociedade regida pela produção de mercadorias. Para nós, devido a uma crise ideológica profunda, a ES abandonou a idéia de controle global da produção pelos produtores associados.

Segundo Lima Filho (1999) e Mészáros (2002), se os produtores associados não controlam a produção e o consumo, o capital poderá permanecer no controle pleno do processo de reprodução social.

Por outro lado, enquanto que a ES crê que as forças produtivas podem ser usadas na construção de um sistema alternativo através da apropriação dos meios de

[13] Sobre as possibilidades de intervenção no chão de fábrica em fábricas recuperadas, ver Novaes, Assis e Dagnino (2004) e Novaes (2004c).

produção e das forças produtivas, nós procuramos levantar o debate sobre os entraves que as forças produtivas engendram a construção da autogestão.

Abstract

The two pillars to build self-management

This article intends to criticize the vision of latin-american authors' of the "Solidary Economy" (SE), very centered in the idea of a *parliamentarism* inside the factory. For us, the workers can continue separated from the means of production if they don´t observe the indispensable need of the unified control of the production and of new productive forces. In the section I, we put in evidence the first pillar to reach the self-management: the need of global coordination of the production for the associated producers in opposition to the proposal of market socialism craved by SE. In this section, we exhibit C. Bettelheim, I. Mészáros, M. Burawoy and E. Mandel´s works, authors that "refound" the planning proposal. In the section II, we observed that the self-management is not possible without a radical restructuring of the means of production and of the organization of the labour process, our second pillar. While for SE the capitalist forces of productiion are considered a vehicle for the socialist transition, we will try to demonstrate the obstacles to the self-management engendered by these.

Key-words: Socialist planning of the production, Market Socialism, "Solidary Economy", forces of production, Obstacles to self-management

Referências bibliográficas:

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

BRESSER PEREIRA, L.C. 1980/81: "A revolução autogestionária na Polônia". In: Venosa, R. (org) *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

BURAWOY, M. *El consentimiento el la producción. Los cambios del proceso produtivo en el capitalismo monopolista*. Madrid, Centro de Publicaciones - Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.

BURAWOY, M. *The politics of production*. London – New York: Verso, 1990a. 3ª edição.

BURAWOY, M. *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado.* Revista Brasileira de Ciências Sociais número 13, ano 5, junho de 1990b.

DAGNINO, R. *Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo*. In: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS+I de la OEI, disponível em http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html (2002b).

DAGNINO, R. e NOVAES, H.T. *Sobre Adequação Sócio-Técnica e sua importância para a Economia Solidária*. São Leopoldo, III Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo, Abril de 2004.

DOWBOR, L. *A reprodução social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

HADADD, F. Sindicalismo, cooperativismo e socialismo. In: *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. Fernando Haddad et al. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

HIRSCHORN, L. *Beyond Mechanization: work and technology in a postindustrial age*. Massachussets: MIT Press, 1984.

LATOUR, B. Where are the missing masses ? The sociology of a few mundane artifacts. Em: W. Bijker and J. Law (orgs.) *Shaping Technology/Building Society*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1992.

LIMA Filho, P. A. A emergência do novo capital. In: DOWBOR, L. et al. (Orgs.) Desafios da Globalização. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237-47.

MACKENZIE, D. *Marx and the machine.* In: D. Mackenzie. Knowing Machines: essays on technical change. Cambridge: MIT Press, 1996.

MANDEL, E. *Socialismo x Mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991. (Título original: In Defense of Socialist Planning. New Left Review, número 159, 1986).

MANDEL, E. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.

MARQUES, R.M. *O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson*. São Paulo, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, número 2, junho de 1998.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1994.

MARX, K. *O Capital*.São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. 1982

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Controle Social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MILL, J.S. *Princípios de Economia Política*. São Paulo : Nova Cultural, 1986.Vol I e II.

NOBLE, D. *Forces of production*. New York: Alfred Knopf:1984.

NOBLE, D. La locura de la automatización. Barcelona: Alikornio, 2001.

NOVAES, H.T. *Os Simões Bacamarte da Economia Solidária.* Campinas: www.itcp.unicamp.br 2004a.

NOVAES, H.T. *Afinal, Marx era anti-luddita, determinista ou crítico das forças produtivas?* Campinas: impresso. 2004b.

NOVAES, H.T. *Notas sobre fábricas recuperadas na Argentina e no Uruguai.* Campinas, impresso. 2004c

NOVAES, H.T. e DAGNINO, R. *O Fetiche da Tecnologia*. Marília: Editora da Unesp, Revista Organizações & Democracia, número 5, 2004.

NOVAES, H., ASSIS, U. e DAGNINO, R. *Mapeando mudanças em empresas recuperadas sob a óptica do conceito de Adequação Sócio-Técnica*. 2º Encontro Internacional de Economia Solidária: São Paulo, Usp, junho de 2004.

OLIVEIRA, F. O trabalho abstrato e as novas formas de conflito (entrevista).In: Loureiro, I.;Leite, J.C.;Cevasco, M. (orgs.) *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

REINFELDER, M. "Introduction: breaking the spell of technicism" In: SLATER, P. (org) *Outlines of a crititque os technology*. Londres: Ink Links, 1980.

SILVA, F.L.G. *A organização e gestão dos recursos humanos por meio dos estoque: uma abordagem crítica*. Revista Organizações & Democracia. Vieitez, C. e Dal Ri (orgs). Marília, Editora da Unesp, 2002, número 3.

SINGER, P. I. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.

SINGER, P.I. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: *Desorganizando o consenso*. Sader (org.). Rio de Janeiro: Vozes,1998b.

SINGER, P.I. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa*s. São Paulo, Editora Contexto, 1999. 3ª ed.

SINGER, P.I. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: Santos, B.S. *Produzir para viver*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

VARSAVSKY, O. *Estilos tecnológicos – propuestas para la selecion de tecnologías bajo racionalidad socialista*. Buenos Aires, Ediciones Periferia, 1974.

ZIMBALIST, A. (org). *Case Studies on the labor process*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1989.

Bibliografia consultada:

CRUZ, A. *O Mar e a Terra da Economia Solidária*. Curitiba, Anais da Anpec, 2002.

DAGNINO, R. e NOVAES, H.T. *Sobre Adequação Sócio-Técnica e sua importância para a Economia Solidária*. São Leopoldo, III Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo, 04/2004a.

DAL RI, N. e VIEITEZ,C. O desafio da democratização das relações de trabalho. Dal Ri e Vieitez (orgs) *Economia Solidária*. São Paulo : Arte e Ciência, 1999.

DAL RI, N. e VIEITEZ,C. Editorial *da Revista Organizações & Democracia*. Marília, Editora da Unesp, 2003.

GAIGER, L. A *economia solidária diante do modo de produção capitalista*. www.ecosol.org.br (Retirado em março de 2002)

GALVÃO, M.N. *Os fios da esperança ? Cooperação, Gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2004.

GORZ, A . Técnica, Técnicos e luta de classes. Em: A Gorz. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOLZMANN, L. Gestão Cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: Singer, P. e Souza, A. (org) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo, Contexto: 2000.

LIMA, J. C. Interiorização industrial e fábricas cooperativas. Em: *Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais*. Guimarães, N.A. e Martin, S. (org) São Paulo: Senac, 2001.

MAIA, D. *Discussões conceituais acerca da Economia Solidária*. São Leopoldo, III Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo, 2004 (CD-Rom).

NOVAES, H.T. *Cooperativas autogestionárias nos anos 90 : o debate em torno de empresas que faliram e passaram às mãos dos trabalhadores*. (Monografia de Graduação). Araraquara, Unesp, 2001.

ODA, N.T. *Gestão e Trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. (Dissertação de Mestrado).São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2001.

PARRA, H. *Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Usp, 2002.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção ? In: SANTOS, B. S. (org). *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

PEDRINI, D. M. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos In: A Economia Solidária no Brasil Singer e Souza(org) São Paulo: Contexto, 2000.

ROSENFIELD, C. *A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo- sociedade*. São Paulo, Usp, GT Anpocs: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova questão social, Seminário Intermediário, 2003.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTILÁN, D. A . Organismo *econômico da revolução – a autogestão da revolução espanhola*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. Em: *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. Fleury, M.T. e Fischer, R.M (orgs). São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

TAUILE, J. R. *Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária*. Trabalho submetido ao seminário internacional. Teorias de Desenvolvimento no Novo Século, em Junho de 2001.

VALLE, R.(org.). *O que fazer quando as fábricas fecham ?* Rio de Janeiro, Relumé-Dumará, 2001.

VIEITEZ, C. “Temas de autogestão dos trabalhadores”. In : *A empresa sem patrão*. Vieitez, C.(org). Marília: Ed. Unesp: 1997.